



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO**

**TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**SÃO PAULO
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO**

**TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidades Consolidadas: Delegacia de Polícia Federal em Santos UJs 200362 e 200363
Delegacia de Polícia Federal em Campinas UJs 200416 e 200417

Unidade Agregada: Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**SÃO PAULO
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União

CPL – Comissão Permanente de Licitação

DN – Decisão Normativa

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/CAS/SP – Delegacia de Polícia Federal em Campinas

DPF/STS/SP – Delegacia de Polícia Federal em Santos

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

NUPAS – Núcleo de Passaporte

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC – Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIP – Setor de Inteligência Policial

SPO – Setor de Planejamento Operacional

STI – Setor de Tecnologia da Informação

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/SP – Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo

SRH – Setor de Recursos Humanos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
INTRODUÇÃO	11
A- CONTEÚDO GERAL	14
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO ...	14
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	17
2.1) Responsabilidades institucionais	17
2.1.1) Competência institucional.....	17
2.1.2) Objetivos estratégicos	18
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	19
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	19
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	19
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	20
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	20
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	21
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	23
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	23
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	23
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	23
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	23
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação....	23
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	27
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	30
2.4.3) Indicadores Institucionais	33
2.4.3.1) Indicadores de Desempenho	33
2.4.3.2) Análise do Desempenho	33
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	34
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	34
4.2) Análise Crítica	35
5. RECURSOS HUMANOS	36
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	36
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	36
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	38
5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	39
5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	39
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	40
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	41
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	43
5.5.1) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	43
5.5.2) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	45
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	48
6. TRANSFERÊNCIAS	49

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	49
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	50
8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	50
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	51
9.1) Estrutura de controles internos da UJ	51
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	53
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	53
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	55
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	55
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	59
13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	59
13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	59
13.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	59
13.1.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	60
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	61
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	61
15.1) Recomendações do OCI atendidas no exercício	61
16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO....	62
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	62
17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	62
ITENS 18 A 30 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2012	62
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	63

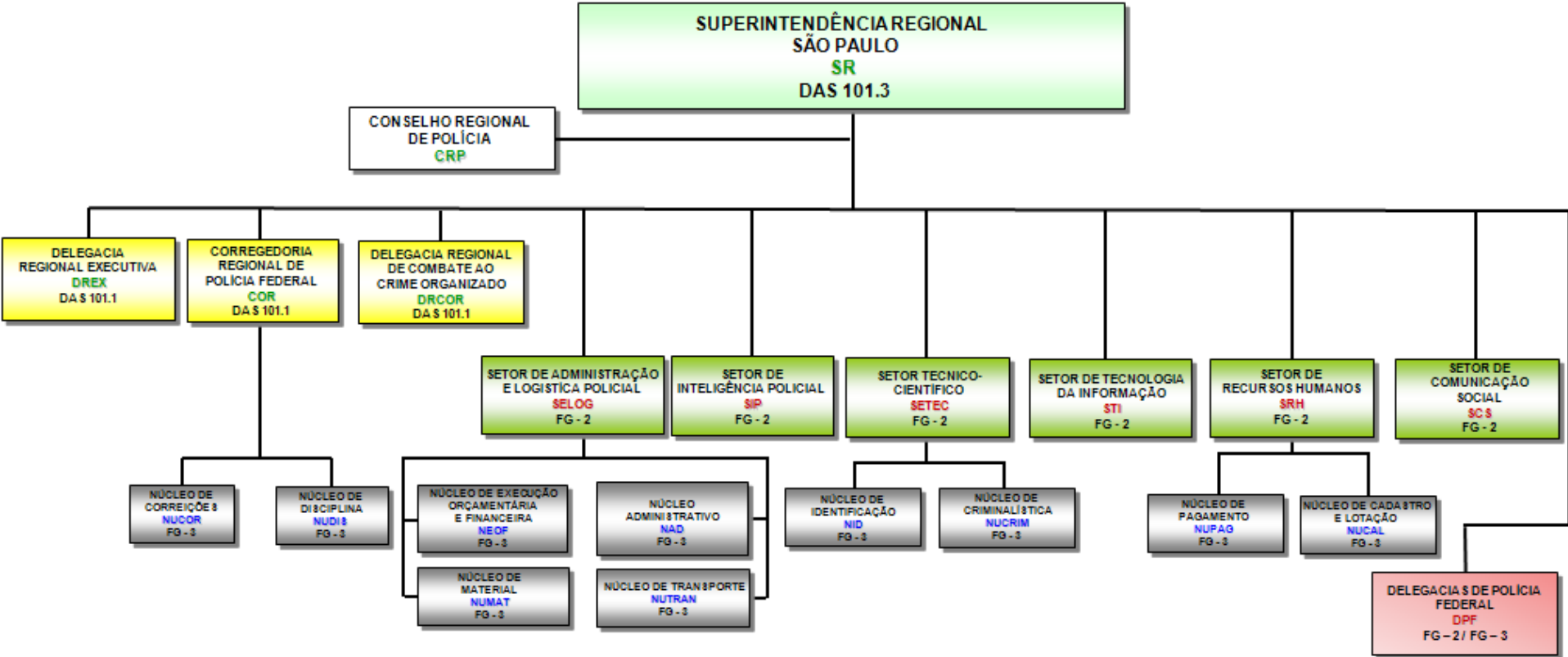
Lista de Tabelas e Declarações

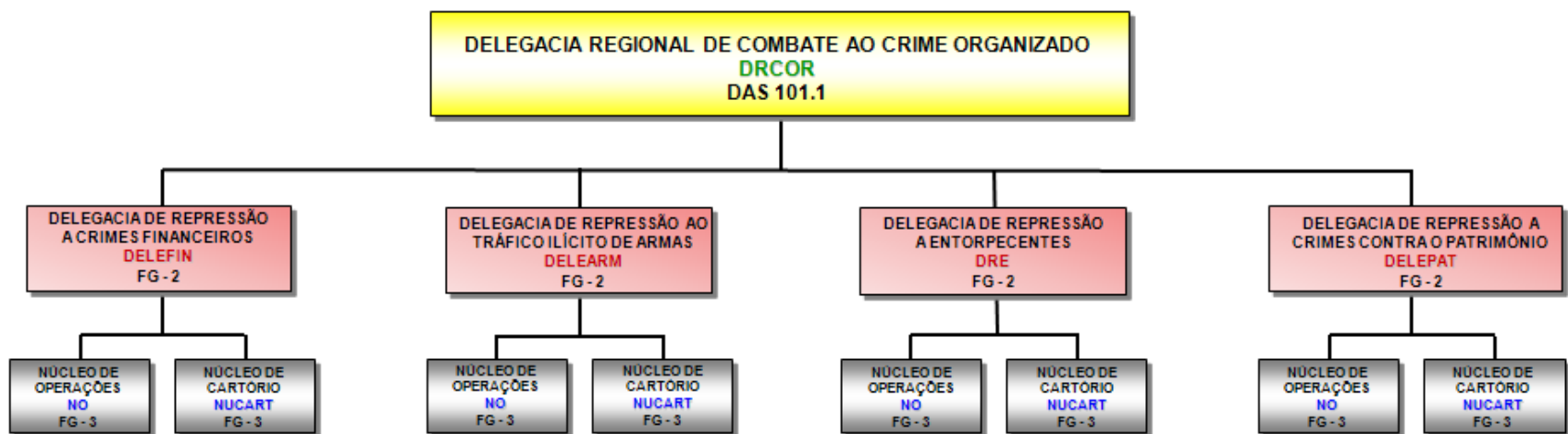
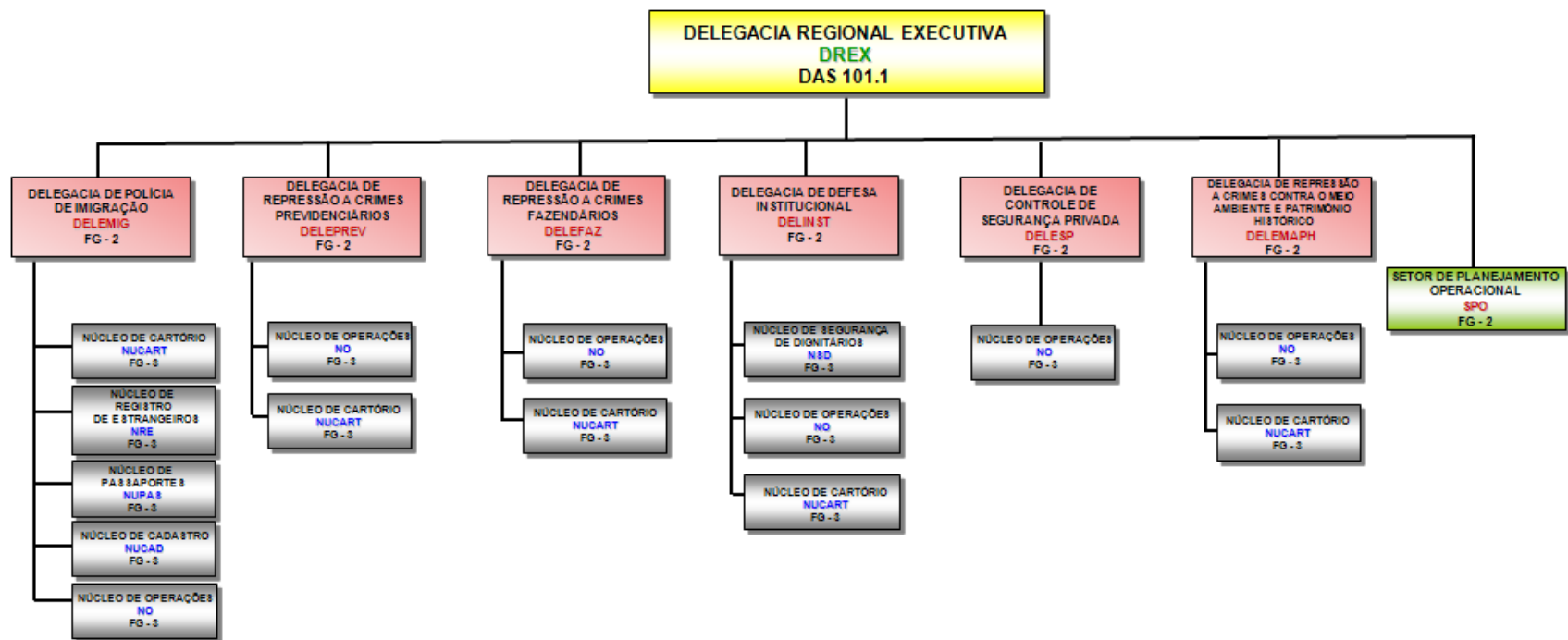
<u>Título</u>	<u>Página</u>
<i>Quadro A.2.1– Dados das atividades de Perícia Criminal.....</i>	<i>12</i>
<i>Quadro A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Individual.....</i>	<i>14</i>
<i>Quadro A.2.2.a - Execução Física das ações realizadas pela UJ – SR/DPF/SP</i>	<i>21</i>
<i>Quadro A.2.2.b - Execução Física das ações realizadas pela UJ – DPF/CAS/SP.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro A.2.2.c - Execução Física das ações realizadas pela UJ – DPF/STS/SP.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro A.2.3.a - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (SR/DPF/SP)</i>	<i>24</i>
<i>Quadro A.2.3.b - Despesas Correntes por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (DPF/CAS/SP).....</i>	<i>24</i>
<i>Quadro A.2.3.c - Despesas Correntes por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (DPF/STS/SP).....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro A.2.4.a - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (SR/DPF/SP)</i>	<i>27</i>
<i>Quadro A.2.4.b- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (DPF/CAS/SP).....</i>	<i>28</i>
<i>Quadro A.2.4.c - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (DPF/STS/SP)</i>	<i>29</i>
<i>Quadro A.2.5.a- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (SR/DPF/SP)</i>	<i>30</i>
<i>Quadro A.2.5.b - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (DPF/CAS/SP).....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro A.2.5.c - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (DPF/STS/SP).....</i>	<i>31</i>
<i>Quadro A.4.1.a – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores na Superintendência de São Paulo.....</i>	<i>34</i>
<i>Quadro A.4.1.b - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (DPF/CAS/SP).....</i>	<i>34</i>
<i>Quadro A.4.1.c - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (DPF/STS/SP).....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011</i>	<i>36</i>

<i>Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....</i>	<i>36</i>
<i>Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12</i>	<i>38</i>
<i>Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12</i>	<i>38</i>
<i>Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.</i>	<i>39</i>
<i>Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários</i>	<i>40</i>
<i>Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</i>	<i>41</i>
<i>Quadro A.5.10.a - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i>	<i>43</i>
<i>Quadro A.5.10.b- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (DPF/STS/SP).....</i>	<i>44</i>
<i>Quadro A.5.11.a - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (SR/DPF/SP)</i>	<i>45</i>
<i>Quadro A.5.11.b - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (DPF/CAS/SP)</i>	<i>46</i>
<i>Quadro A.5.11.c - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (DPF/STS/SP)</i>	<i>46</i>
<i>Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV....</i>	<i>49</i>
<i>Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ</i>	<i>51</i>
<i>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	<i>53</i>
<i>Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	<i>55</i>
<i>Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ..</i>	<i>56</i>
<i>Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....</i>	<i>58</i>
<i>Quadro A.13.1.a- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – Despesas de Pequeno Vulto (SR/DPF/SP)</i>	<i>59</i>

<i>Quadro A.13.1.b- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – Regime Especial de Execução Sem Caráter Sigiloso (SR/DPF/SP)</i>	<i>59</i>
<i>Quadro A.13.1.c - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador - Regime Especial de Execução Com Caráter Sigiloso (SR/DPF/SP)</i>	<i>60</i>
<i>Quadro A.13.1.d - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (DPF/STS/SP).....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica – SR/DPF/SP)....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro A.15.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</i>	<i>61</i>

ORGANOGRAMA FUNCIONAL





INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo no ano de 2011, de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações da Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado conforme o Anexo III da DN TCU nº 108/10 e de forma sistemática, segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 108/2010, ou seja: Parte A - Conteúdo geral - Informações gerais sobre a gestão; Parte B – Informações contábeis da gestão e Parte C – Conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins.

Os itens “reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos”, “transferências de recursos mediante convênio”, “gestão da tecnologia da informação”, “renúncia tributária”, “recomendações da unidade de controle interno” não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, bem como todos os itens referentes a conteúdos específicos.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo está estruturada em dezoito (18) unidades operacionais, composta pela sede da Superintendência, por quinze (15) Delegacias de Polícia Federal descentralizadas, sediadas nas cidades de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Campinas, Cruzeiro, Jales, Marília, Santos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba, além de uma Delegacia Especial no Aeroporto de Congonhas e outra no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, **subordinadas à Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes e Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), e sete (7) Setores (Setor de Planejamento Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Considerando que o Estado de São Paulo, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias, ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; faz divisa com os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro; possui a mais densa malha rodoviária do país, por onde é realizado o escoamento externo e interno de mercadorias oriundas destes e de outros Estados da Federação; é onde se encontra em operação o Porto de Santos, o Aeroporto de Guarulhos/SP (Cumbica), o Aeroporto de Congonhas e o Aeroporto de Viracopos, em Campinas, maiores terminais da América Latina no que se refere à entrada e saída de mercadorias e passageiros; abriga o maior parque industrial e a maior produção econômica - mais de 12% do PIB do país - e, possui uma população de mais de 40.000.000 (quarenta milhões) de habitantes, a Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, como o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, o crime financeiro, a sonegação fiscal, as fraudes contra a previdência social, a corrupção e o desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu principal instrumento, valendo tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas.

No ano de 2011, a SR realizou mais de 40 (quarenta) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 680 (seiscentos e oitenta) mandados de busca e apreensão e 48 (quarenta e oito) prisões.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 14.476 (catorze mil quatrocentos e setenta e seis) Inquéritos Policiais, concluídos 16.147 (dezesseis mil cento e quarenta e sete), e ficaram em aberto (em andamento) 22.356 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta e seis) inquéritos.

No que tange à gestão administrativa da Superintendência de Polícia Federal em São Paulo no exercício de 2011, podem ser destacadas, dentre outras, como principais realizações: a conclusão e entrega da obra da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente; ações para melhorias no atendimento de emissão de documentos de viagem, com a conseqüente diminuição do prazo de agendamento em todo o estado de São Paulo; licitação da reforma do edifício situado à Rua Jaguaribe, Higienópolis - São Paulo, que irá abrigar o Grupo de Operações Sensíveis- GISE da capital; tratativas para criação de unidades de GISE nas cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; confecção dos Projetos Básicos para a construção de novas Delegacias de Polícia Federal em Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; renovação de parte do parque de informática do estado; licitação e aquisição de bens móveis para adequação das Delegacias Descentralizadas do estado, bem como adequação do Núcleo de Registro de Estrangeiros da capital, visando melhor atendimento ao público.

Com relação às atividades de Criminalística, a tabela a seguir resume a demanda e a produção de laudos no exercício de 2011.

Quadro A.2.1– Dados das atividades de Perícia Criminal

<i>UF</i>	<i>Unidade</i>	<i>Solicitações cadastradas</i>	<i>Laudos entregues</i>	<i>Número médio de Peritos no exercício</i>
<i>SP</i>	<i>NUCRIM/SETEC/SR/DPF/SP</i>	<i>5318</i>	<i>5513</i>	<i>78</i>
<i>SP</i>	<i>NUTEC/DPF/STS/SP</i>	<i>364</i>	<i>430</i>	<i>8</i>
<i>SP</i>	<i>UTEC/DPF/RPO/SP</i>	<i>734</i>	<i>810</i>	<i>11</i>
<i>SP</i>	<i>UTEC/DPF/MII/SP</i>	<i>274</i>	<i>403</i>	<i>5</i>
<i>SP</i>	<i>UTEC/DPF/ARU/SP</i>	<i>267</i>	<i>326</i>	<i>7</i>
<i>SP</i>	<i>UTEC/DPF/SOD/SP</i>	<i>423</i>	<i>421</i>	<i>7</i>
<i>SP</i>	<i>NUTEC/DPF/CAS/SP</i>	<i>551</i>	<i>654</i>	<i>8</i>
<i>SP</i>	<i>UTEC/DPF/PDE/SP</i>	<i>276</i>	<i>446</i>	<i>7</i>
<i>SP</i>	<i>UTEC/DPF/SJK/SP</i>	<i>249</i>	<i>244</i>	<i>5</i>
<i>TOTAL</i>		<i>8456</i>	<i>9247</i>	<i>135</i>

A vedação de novos contratos de locação de imóveis e material de informática imposta pelo Decreto nº 7446/2011, de 01 de março de 2011, dificultou algumas ações de gestão administrativa. Como exemplo, o contrato de locação de multifuncionais para as Delegacias Descentralizadas, com vencimento para 31/12/2011, não pôde ser prorrogado, por ter atingido seu 60º mês e a vedação Decreto impediu nova licitação, impondo que o serviço fosse descontinuado.

Para o exercício de 2012, a Superintendência de Polícia Federal tem como projetos principais: dar andamento no projeto de construção das novas Delegacias de Polícia Federal em São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, bem como de Campinas, de acordo com o disposto no Plano Plurianual 2012-2015; continuar realizando melhorias nos serviços de Polícia Administrativa para melhor atendimento ao público; estruturar e fortalecer os Grupos de Investigações Sensíveis nas cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; implementar a gestão por centros de custos em todas as Delegacia e Setores; consolidar a política de gestão estratégica e planejada nas Delegacias e Setores; estabelecer os indicadores mais relevantes para cada área de atuação, visando ao atendimento de metas que reflitam os reais impactos no combate à criminalidade, na prestação de serviços administrativos e na área de apoio administrativo.

Delegacia de Polícia Federal em Santos

A Circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Santos/SP, por abrigar o maior Porto da América Latina, tem importância fundamental no contexto Estadual e Nacional, seja no aspecto social, cultural, econômico ou financeiro, fato que exige dos poderes públicos atenção redobrada para fazer face às suas necessidades e, para plena execução de suas atividades, exige investimentos também grandiosos.

O movimento de cargas no Porto de Santos entre janeiro e dezembro de 2011 foi recorde para o período, com 97.170.308 t, o que representa 1,2% acima dos 12 meses correspondentes de 2010 (96.025.258 t), consolidando o crescimento do movimento no complexo portuário santista.

Apesar dos efeitos da crise ainda serem percebidos no comércio com os países desenvolvidos, o crescimento das economias em desenvolvimento fizeram com que o comércio de tais países aumentasse significativamente nos últimos anos, garantindo uma maior diversificação dos destinos e o crescimento do movimento de cargas no Porto de Santos.

A recuperação da economia brasileira frente à crise fez com que o Real se fortalecesse em relação às principais moedas estrangeiras, aumentando o volume das importações e diminuindo o fôlego das exportações brasileiras, as quais responderam por 35,3% do volume do porto no ano passado, correspondentes a 34.293.331 t, incremento de 7,6% em relação ao registrado em 2010 (31.858.703 t).

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Quadro A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: <i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo</i>			
Denominação abreviada: <i>Polícia Federal em São Paulo (SR/DPF/SP)</i>			
Código SIORG: 1138	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200360	
Natureza Jurídica: <i>Órgão Público</i>			
Principal Atividade: <i>Segurança e Ordem Pública</i>			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3538-5927	(011) 3538-5582	(011) 3538-5930
Endereço Eletrônico: gab.srsp@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: <i>Rua Hugo D'Antola, 95, 05038-090, São Paulo, SP</i>			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
<i>Delegacia de Polícia Federal em Santos (DPF/STS/SP)</i>		<i>Ativa</i>	<i>22.570</i>
<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/STS</i>		<i>Ativa</i>	<i>NA</i>
<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/SP</i>		<i>Ativa</i>	<i>NA</i>
<i>Delegacia de Polícia Federal em Campinas (DPF/CAS/SP)</i>		<i>Ativa</i>	<i>33.763</i>
<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/CAS</i>		<i>Ativa</i>	<i>NA</i>
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/SP: - Portaria nº 527 – 24.12.1964 – Cria a Delegacia Regional de SP.			
- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Altera, em caráter provisório, a estrutura do DPF.			
- Portaria nº 39/75 – DG/DPF – 17.03.1975 (Ativação) Transforma a Divisão de São Paulo em Superintendência.			
DPF/STS/SP: - Portaria nº 170/65 – 14.04.1965 – Cria a Sub-Delegacia Regional.			
- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 – Transforma Sub-Delegacia em Divisão de Polícia Federal.			
- Portaria nº 39/75 – DG/DPF – 17.03.1975 – Transforma a Divisão de Santos em Delegacia.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997 - Institui o Fundo para Aparelhamento e			

<i>Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL.</i>	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007 - <i>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça.</i></p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, <i>aprova o Regimento Interno do DPF.</i></p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005 – <i>Define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do DPF e as atribuições de seus dirigentes.</i></p>	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<p><i>A Carta de Serviços ao Cidadão é uma ferramenta de gestão fornecida pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.</i></p> <p><i>As ações desse Programa têm por objetivo tornar as organizações públicas cada vez mais preocupadas com a sociedade. Nesse sentido, a Carta de Serviços da Polícia Federal – PF – facilita e amplia o acesso do cidadão aos serviços e estimula sua participação no monitoramento do setor público, promovendo a melhoria da qualidade do atendimento.</i></p> <p><i>A Carta de Serviços está disponível no site http://www.dpf.gov.br.</i></p>	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200362	<i>Delegacia de Polícia Federal em Santos (DPF/STS/SP)</i>
200416	<i>Delegacia de Polícia Federal em Campinas (DPF/CAS/SP)</i>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200361	<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/SP</i>
200363	<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – DPF/STS/SP</i>
200417	<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – DPF/CAS/SP</i>
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200360	1
200361	1
200362	1
200363	1
200416	1
200417	1

Observação: Dentre as unidades da estrutura da SR/DPF/SP, apenas a DPF/STS/SP e a DPF/CAS/SP possuem autonomia orçamentária, financeira e patrimonial. Os recursos aplicados pela DPF/STS/SP e pela DPF/CAS/SP, unidades pertencentes à estrutura da SR/DPF/SP, serão consolidados nos demonstrativos do presente Relatório de Gestão, de acordo com a Decisão Normativa – TCU nº 108/2010.

As Unidades Gestoras denominadas Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) executam recursos específicos oriundos, dentre outras origens, de multas de Segurança Privada, taxas de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de taxas de Migração. As despesas são destinadas, principalmente, ao pagamento de diárias aos servidores em missões policiais em todo o território nacional, operações policiais e construção de sedes próprias. As informações sobre a gestão das unidades FUNAPOL também serão incluídas (consolidadas) nos demonstrativos do Relatório de Gestão da SR/DPF/SP, conforme a Decisão Normativa – TCU nº 107, de 27.10.2010.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, criado pelo Decreto-Lei nº 6.378/1944, que faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados da Federação pelas Superintendências Regionais, que executam suas próprias despesas como unidades gestoras. A Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/DPF/SP) possui circunscrição em todo o território do Estado de São Paulo.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos de segurança pública incumbidos de atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, devendo *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (Art. 144, §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas (Lei 9.807/1999); e realização de Perícia Criminal (Lei 12.030/2009).

Dessa forma, a SR/DPF/SP exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência Regional e das Unidades Descentralizadas.

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2011, os seguintes objetivos estratégicos da instituição foram eleitos, de forma ampla, pela Direção Geral:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Melhorias no atendimento ao público;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer que toda a atuação da instituição focaliza no atendimento da missão da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”*.

Os objetivos estratégicos, com foco na missão da instituição, buscam a visão de futuro do DPF, que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana”*.

No decorrer do ano de 2011, a SR/DPF/SP realizou diversas ações e operações policiais e, com inteligência, paciência, criatividade e estratégia, cumpriu com sua missão institucional e otimizou a utilização dos recursos orçamentários, a despeito dos percalços típicos da atividade policial, na busca pela verdade real.

Foram, ainda, realizadas ações para a otimização das atividades de Polícia Administrativa, visando a melhoria do atendimento ao público nas áreas de emissão de documentos de viagem, documentos de imigração, vistorias a empresas, dentre outros.

No que se refere à emissão de documentos de viagem, o exercício de 2011 iniciou apresentando prazo de agendamento para emissão de passaportes, em São Paulo/SP, de cerca de 30 (trinta) dias.

Um aumento de demanda ocorreu no início do ano agravando a situação e elevando os prazos de agendamento para cerca de 70 (setenta) dias. Como resposta aos problemas apresentados, ainda no mês de março, foram definidas ações coordenadas em todos os postos de emissão de passaportes do Estado de São Paulo, bem como iniciada a implantação de nova metodologia de trabalho, a qual foi denominada de “pré-atendimento”. Foram efetuadas adequações espaciais e adquiridos computadores, proporcionando expressivo aumento de produtividade e evidenciando a necessidade de aumento do número de postos de trabalho para completa aplicação da nova metodologia.

Os números de emissões de passaportes demonstram a evolução da capacidade de atendimento experimentada. No primeiro semestre de 2011 foram emitidos 217.286 (duzentos e dezessete mil duzentos e oitenta e seis) documentos pelo NUPAS/SR/DPF/SP. Já no segundo

semestre do mesmo ano, mesmo sem a utilização completa da nova metodologia por falta de postos de trabalho, foram 254.286 (duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e oitenta e seis) emissões, caracterizando um aumento de 17%, com a utilização parcial da nova metodologia. Como resultado, foi alcançada a diminuição dos prazos de agendamento neste NUPAS para cerca de 40 (quarenta) dias.

A partir de novembro de 2011 a contratação de mais postos de recepcionistas possibilitou a utilização completa da nova metodologia de trabalho proporcionando aumento de produtividade e imediata diminuição dos prazos de agendamento.

Em resposta às medidas adotadas para aumento da emissão dos documentos de viagem e diminuição do prazo de agendamento, foram emitidos, durante o exercício de 2011, 768.829 (setecentos e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e nove) documentos de viagem, 33,9% a mais do que no ano de 2010, em que foram emitidos 574.067 (quinhentos e setenta e quatro mil e sessenta e sete) documentos.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Para atender aos objetivos e prioridades organizacionais, no exercício de 2011, a atuação da Superintendência Regional no Estado de São Paulo abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral e com orientação das Diretorias e Coordenações das respectivas áreas.

Ao longo dos anos, a Polícia Federal vem modificando suas estratégias de atuação com base na sistematização das experiências históricas e com a celeridade requerida em cada caso, sem, contudo, perder o foco da sua missão institucional. Esse é o contexto no qual a SR/DPF/SP está inserida e, portanto, a forma como atua frente às responsabilidades institucionais.

As limitações internas da unidade como problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros, de forma exclusiva ou conjunta, levaram à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão e a abandonar outras opções.

Fator que minimiza o impacto das limitações internas reside na cooperação entre as diversas Superintendências da Polícia Federal nas unidades da federação, na existência dos Órgãos Centrais e na eficiência das comunicações internas. Tais fatores permitem que a SR/DPF/SP seja contextualizada dentro de uma visão nacional e que ações concentradas sejam possíveis.

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O plano de ação e a estratégia de atuação a ele associada são compartilhados e revisados permanentemente pelos Órgãos Centrais, com participações periódicas de todas as Superintendências. Tal sistemática certamente orienta os trabalhos da SR/DPF/SP e promove a convergência dos esforços e eficiência da utilização dos recursos disponíveis.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

No plano de ação anual, não foi necessária a adoção de mudanças substanciais nas linhas de atuação.

Não foram realizadas alterações relevantes ao longo do exercício no plano de ação, pois não ocorreram aspectos relevantes que justificassem adoção das decisões.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não há programas de governo sob a responsabilidade da Superintendência de Polícia Federal em São Paulo, Todos os programas se encontram sob a responsabilidade das unidades centrais do Departamento de Polícia Federal.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Neste demonstrativo estão relacionadas as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de 2011 que foram objeto da gestão.

As funções, subfunções, programas e ações abaixo relacionados, embora sejam inerentes à atividade policial e, portanto, objeto da gestão desta UJ, são gerenciadas pela Unidade Orçamentária e não por esta Unidade Executora, ressaltando-se que a LOA não especifica as metas previstas e realizadas para a SR/DPF/SP, mas o faz para todo o Departamento de Polícia Federal.

Quadro A.2.2.a - Execução Física das ações realizadas pela UJ – SR/DPF/SP

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta financeira Realizada (R\$)</i>	<i>Meta a ser realizada em 2012</i>
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	5.497.527,58	NA
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2586	A	3	NA	NA	1.504.309,66	NA
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8980	P	3	NA	NA	1.017.807,54	NA
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8979	P	3	NA	NA	-	NA
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	0750	2000	A	3	NA	NA	33.070.245,03	NA
06 - Segurança Pública	125 - Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3	NA	NA	18.380,75	NA
06 - Segurança Pública	128 - Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	NA	NA	410,00	NA
06 - Segurança Pública	183 - Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	NA	NA	526.840,36	NA
09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	0089	0181	A	3	NA	NA	35.858,98	NA
06 - Segurança Pública	365- Educação Infantil	0750	2010			NA	NA	267,00	NA
06 - Segurança Pública	306-Alimentação e Nutrição	0750	2012			-	NA	19,63	

Fonte: Siafi Gerencial – LOA 2011

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

Quadro A.2.2.b - Execução Física das ações realizadas pela UJ – DPF/CAS/SP

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta financeira realizada (R\$)	Meta a ser realizada em 2012
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	0750	2000	A	3	NA	NA	1705127,15	NA
06 - Segurança Pública	183 - Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	NA	NA	14799,26	NA
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	NA	NA	304167,53	NA

Fonte: SIAFI GERENCIAL, LOA E PPA, DPF/CAS/SP

Quadro A.2.2.c - Execução Física das ações realizadas pela UJ – DPF/STS/SP

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	750	2000	A	3	NA	NA	2703314,77	346457,52
7 - Segurança Pública	183 - Informação e Inteligência	662	2720	A	3	NA	NA	50604,18	50604,18
7 - Segurança Pública	180 - Policiamento	662	2726	A	2	NA	NA	452443,16	452443,16
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	750	2000	A	3	NA	NA	12581,17	12581,17

Fonte: SIAFI GERENCIAL LOA E PPA, DPF/STS/SP

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011 dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de São Paulo também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a construção da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Presidente Prudente, obra com execução durante todo o exercício de 2009, 2010 e concluído em 2011.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos diretamente administrados pela SR, abrange a gestão da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerado a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de alugueres, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Ressalta-se que a SR/DPF/SP não é unidade orçamentária e não recebe créditos atribuídos originalmente pela LOA, razão pela qual diversas informações solicitadas não se aplicam à unidade jurisdicionada.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Nenhuma das unidades jurisdicionadas objeto do presente Relatório de Gestão estão contempladas na LOA. Todas as unidades recebem seus créditos por movimentação da unidade orçamentária.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.3.a - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (SR/DPF/SP)

Valores em R\$ 1,00

<i>Modalidade de Contratação</i>	<i>Despesa Liquidada</i>		<i>Despesa paga</i>	
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>
Modalidade de Licitação	15.463.873,92	21.505.672,79	15.353.718,60	18.699.782,27
<i>Convite</i>	-	-	-	-
<i>Tomada de Preços</i>	-	-	-	-
<i>Concorrência</i>	1.017.807,54	6.654.065,09	1.017.807,54	5.726.058,17
<i>Pregão</i>	14.466.066,38	14.851.607,70	14.335.911,06	12.973.724,10
<i>Concurso</i>	-	-	-	-
<i>Consulta</i>	-	-	-	-
Contratações Diretas	11.895.229,87	10.101.741,36	11.895.229,87	8.718.740,70
<i>Dispensa</i>	11.007.621,18	8.958.907,90	11.007.621,18	7.613.747,45
<i>Inexigibilidade</i>	887.608,69	1.142.833,46	887.608,69	1.104.993,25
Regime de Execução Especial	826.237,05	718.699,64	826.237,05	716.643,82
<i>Suprimento de Fundos</i>	826.237,05	718.699,64	826.237,05	716.643,82
Pagamento de Pessoal	4.996.137,22	8.550.910,53	4.996.137,22	8.550.910,53
<i>Pagamento em Folha</i>	39.095,90	118.116,06	39.095,90	118.116,06
<i>Diárias</i>	4.996.137,22	8.432.794,47	4.996.137,22	8.432.794,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.3.b - Despesas Correntes por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (DPF/CAS/SP)

Em R\$ 1,00

<i>Modalidade de Contratação</i>	<i>Despesa Liquidada</i>		<i>Despesa paga</i>	
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>
Licitação	879.606,93	-	879.606,93	-
<i>Convite</i>	-	-	-	-
<i>Tomada de Preços</i>	-	-	-	-
<i>Concorrência</i>	-	-	-	-
<i>Pregão</i>	879.606,93	-	879.606,93	-
<i>Concurso</i>	-	-	-	-
<i>Consulta</i>	-	-	-	-
Contratações Diretas	480.623,27	-	480.623,27	-
<i>Dispensa</i>	444.901,16	-	444.901,16	-
<i>Inexigibilidade</i>	35.722,11	-	35.722,11	-
Regime de Execução				-

Especial	14.799,26	-	14.799,26	
<i>Suprimento de Fundos</i>	14.799,26	-	14.799,26	-
Pagamento de Pessoal	351.123,90	-	351.123,90	-
<i>Pagamento em Folha</i>	NA	-	NA	-
<i>Diárias</i>	351.123,90	-	351.123,90	-
Outras	-	-	-	-
Totais	1.726.153,36	-	1.726.153,36	-

Fonte: NAD/CAS/DPF/SP; SIAFI GERENCIAL

OBS: A Delegacia de Campinas trata-se de Unidade Gestora recém-criada, de forma que não houve movimentação financeira durante o exercício de 2010.

Quadro A.2.3.c - Despesas Correntes por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (DPF/STS/SP)

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.626.679,78	2.641.843,95	2.626.679,78	2.641.843,95
<i>Convite</i>	-	-	-	-
<i>Tomada de Preços</i>	-	-	-	-
<i>Concorrência</i>	-	-	-	-
<i>Pregão</i>	2.626.679,78	2.641.843,95	2.626.679,78	2.641.843,95
<i>Concurso</i>	-	-	-	-
<i>Consulta</i>	-	-	-	-
Contratações Diretas	322.206,37	283.034,62	322.206,37	283.034,62
<i>Dispensa</i>	141.804,22	113.716,49	141.804,22	113.716,49
<i>Inexigibilidade</i>	180.402,15	169.318,13	180.402,15	169.318,13
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
<i>Suprimento de Fundos</i>	72.880,00	N/I	72.880,00	N/I
Pagamento de Pessoal	473.330,11	816.722,50	473.330,11	816.722,50
<i>Pagamento em Folha</i>	NA	NA	NA	NA
<i>Diárias</i>	473.330,11	816.722,50	473.330,11	816.722,50
Outras				
Totais	3.422.216,26	3.741.601,07	3.422.216,26	3.741.601,07

Fonte: NAD/DPF/STS/SP; SIAFI GERENCIAL

- **Convite:** É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (3) pela UJ, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais

cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro (24) horas da apresentação das propostas;

- **Tomada de preços:** É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- **Concorrência:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- **Pregão:** Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;
- **Concurso:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias;
- **Consulta:** É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;
- **Registro de Preços:** É a modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquire bens, por intermédio do Sistema de Registro de Preços regulado pelo Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001, e alterações do Decreto 4.342, de 23 de agosto de 2002, seja como órgão gerenciador do sistema, seja como órgão participante.
- **Contratações Diretas:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas duas (2) formas de contratações diretas discriminadas abaixo:
- **Dispensa:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93.
- **Inexigibilidade:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.
- **Regime de Execução Especial:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados mediante suprimento de fundos.
- **Suprimento de Fundos:** Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/86.
- **Pagamento de Pessoal:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nos dois (2) grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo.
- **Pagamento em Folha:** Valores pagos a pessoal mediante Folha de Pagamento;
- **Diárias:** Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.4.a - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (SR/DPF/SP)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal*	39.095,90	118.116,06	39.095,90	118.116,06	-	-	39.095,90	118.116,06
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	39.095,90	118.116,06	39.095,90	118.116,06	-	-	39.095,90	118.116,06
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.159,94		6.159,94		-		6.159,94	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	49.427.806,32	50.234.215,54	39.681.206,66	46.182.336,65	9.627.948,78	4.051.878,89	39.551.111,34	46.167.135,82
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	31.198.925,84	16.086.181,86	24.888.704,46	14.640.570,48	6.310.221,38	1.445.611,38	24.758.609,14	14.640.570,48
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	-	11.264.967,69	-	9.591.228,91	-	1.673.738,78	-	9.576.028,08
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	5.306.854,82	8.432.794,47	5.306.854,82	8.432.794,47	-	-	5.306.854,82	8.432.794,47
30 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.657.366,52	3.308.941,76	1.553.731,83	2.761.680,14	2.103.634,69	547.261,62	1.553.731,83	2.761.680,14
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.137.106,20	1.322.081,67	1.018.455,32	1.288.977,91	-	33.103,76	1.018.455,32	1.288.977,91
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	457.728,79	908.259,40	286.951,29	718.494,41	170.777,50	189.764,99	286.951,29	718.494,41
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	945.275,58	1.488.825,10	736.271,07	1.488.825,10	209.004,51	0,00	736.271,07	1.488.825,10
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.012.106,95	7.353.504,28	6.178.810,18	7.195.171,94	833.296,77	158.332,34	6.178.810,18	7.195.171,94
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	23.159,22	68.659,31	22.145,29	64.593,29	1.013,93	4.066,02	22.145,29	64.593,29

FONTE:SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.4.b- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (DPF/CAS/SP)

Em
R\$
1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	NA	-	NA	-	NA	-	NA	-
	NA	-	NA	-	NA	-	NA	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	NA	-	NA	-	NA	-	NA	-
	NA	-	NA	-	NA	-	NA	-
3- Outras Despesas Correntes	2.291.977,41	-	2.014.093,94	-	277.883,47	-	2.014.093,94	-
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	351.123,90	-	351.123,90	-		-	351.123,90	-
30 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	220.179,36	-	113.556,11	-	106.623,25	-	113.556,11	-
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.487,79	-	7.136,57	-	6.351,22	-	7.136,57	-
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	129.578,56	-	129.578,56	-		-	129.578,56	-
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	797.552,99	-	722.242,49	-	75.310,50	-	722.242,49	-
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	486.367,12	-	396.768,62	-	89.598,50	-	396.768,62	-
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	34.711,02	-	34.711,02	-	-	-	34.711,02	-
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.127,77	-	18.127,77	-	-	-	18.127,77	-
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	240.848,90	-	240.848,90	-	-	-	240.848,90	-
Totais	2.291.977,41	-	2.014.093,94	-	277.883,47	-	2.014.093,94	-

Fonte:SIAFI GERENCIAL, DPF/CAS/SP

OBS: A Delegacia de Campinas trata-se de Unidade Gestora recém-criada, de forma que não houve movimentação financeira durante o exercício de 2010.

Quadro A.2.4.c - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (DPF/STS/SP)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	3.426.526,35	4.062.736,73	3.209.068,83	3.906.488,22	217.457,52	156.248,51	3.209.068,83	3.891.287,39
14 Diárias - Pessoal Civil	466.914,68	815.392,69	466.914,68	815.392,69	-	-	466.914,68	815.392,69
30 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	421.972,91	403.175,02	318.531,76	322.806,12	103.441,15	80.368,90	318.531,76	322.806,12
33 Passagens e Despesas com Locomoção	13.590,44	72.248,49	13.590,44	72.248,49	-	-	13.590,44	72.248,49
37 Locação de Mão-de-obra	189.687,87	242.510,60	189.687,87	212.510,60	-	30.000,00	189.687,87	197.309,77
39 Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	2.202.244,36	2.218.752,43	2.096.446,50	2.172.872,82	105.797,86	45.879,61	2.096.446,50	2.172.872,82
92 Despesas de exercícios anteriores	13.745,20	216.035,30	13.745,20	216.035,30	-	-	13.745,20	216.035,30
93 Indenizações e restituições	69.370,89	45.622,20	61.152,38	45.622,20	8.218,51	-	61.152,38	45.622,20
Totais	2.910.897,84	3.227.420,99	2.693.440,32	3.071.172,48	217.457,52	156.248,51	2.693.440,32	3.055.971,65

Fonte:SIAFI GERENCIAL, DPF/STS/SP

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.5.a- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (SR/DPF/SP)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		4.554.841,25		3.470.628,05		1.084.213,20		3.470.628,05
51 - OBRAS E INSTALACOES	2.357.631,24	4.211.400,00	1.109.782,34	3.289.701,74	1.247.848,90	921.698,26	1.109.782,34	3.289.701,74
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE	3.123.048,89	343.441,25	654.799,41	180.926,31	2.468.249,48	162.514,94	654.799,41	180.926,31
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.5.b - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (DPF/CAS/SP)

Em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	36.400,00	-	10.000,00	-	26.400,00	-	10.000,00	-
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	12.000,00	-	-	-	12.000,00	-	-	-
52 - EQUIPE MATERIAL PERMANENTE	24.400,00	-	10.000,00	-	14.400,00	-	10.000,00	-

Fonte:SIAFI GERENCIAL, DPF/CAS/SP

Quadro A.2.5.c - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (DPF/STS/SP)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		138.874,45	14.340,00	9.874,45	14.340,00	129.000,00	-	9.874,45	14.340,00
52 Equipe material Permanente - op. Intra-orc.		138.874,45	14.340,00	9.874,45	14.340,00	129.000,00	-	9.874,45	14.340,00
5 – Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
-		-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
-		-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		138.874,45	14.340,00	9.874,45	14.340,00	129.000,00	-	9.874,45	14.340,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, DPF/STS/SP

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício de 2011 teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (acionamento de combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o

combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Economias proporcionadas pela gestão da Superintendência: Durante todo o exercício de 2011, foram propostas e executadas diversas ações visando a utilização racional e econômica dos recursos. Nos contratos de gerenciamento de combustível e manutenção de viaturas, foram disponibilizadas “cotas” (mensais para combustíveis e anuais para manutenção) para as Delegacias Descentralizadas de forma a otimizar a gestão dos recursos por parte dos responsáveis pelas atividades de Delegacias e Setores. Com a disponibilização de cotas extras demandando justificativas bem fundamentadas por parte dos chefes de unidade, observou-se efetiva economia nos recursos gastos.

Como medida de economia de energia, foi realizada a alteração no funcionamento do ar condicionado da Superintendência de São Paulo, com horários fixos de desligamento nas estações de clima mais ameno. Além disso, foi adotado o desligamento automático de luzes, elevadores e computadores, evitando desperdícios. No período noturno, os equipamentos só permaneceram ligados mediante prévia solicitação justificada pela necessidade do serviço.

2.4.3) Indicadores Institucionais

No exercício de 2011, foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial." No mesmo ano, foi criada a UIGE/SR/DPF/SP – Unidade Integrada de Gestão Estratégica, subordinada ao Superintendente Regional em São Paulo. Foram realizados cursos de treinamento de Gestão de Projetos, treinando diversos servidores de todas as Delegacias e Setores do estado para serem os próximos gerentes de projeto das unidades.

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macro processos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores institucionais no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

2.4.3.1) Indicadores de Desempenho

É usada como referência a relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais e o total de inquéritos policiais instaurados. Devido ao acúmulo de inquéritos instaurados nos últimos exercícios, existia uma maior demora na conclusão desses procedimentos. No exercício de 2011, houve uma diminuição do prazo médio para a conclusão dos inquéritos, tendo aumentado o número de procedimentos concluídos em relação aos inquéritos abertos. O tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal também serve como indicador de desempenho.

2.4.3.2) Análise do Desempenho

No exercício de 2011 aumentou, consideravelmente, a quantidade de inquéritos relatados, além da ênfase nas investigações e operações policiais, resultando em várias prisões e no crescimento do combate ao crime organizado.

Tendo como objetivo dotar as unidades descentralizadas de prédio próprio e da expansão das instalações da Superintendência Regional foi finalizada e entregue construção da Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente, além da realização confecção dos Projetos Básicos para a construção das novas sedes das Delegacias de Polícia Federal em Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, bem como início dos estudos para a construção da sede própria da Delegacia de Polícia Federal em Campinas.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

– não ocorreu no período –

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2011, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2011, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro A.4.1.a – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores na Superintendência de São Paulo				<i>Valores em R\$</i> 1,00
Restos a Pagar Processados				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>
2010	9.360,00	-	9.360,00	-
2009	200,02	(200,02)	-	-
2008	723.823,02	(723.823,02)	-	-
2007	1.178,47	(1.178,47)	-	-
2006	1.660,35	(1.660,35)	-	-
Restos a Pagar não Processados				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>
2010	5.539.710,49	(385.899,47)	4.693.652,65	512.313,81
2009	4.963.391,32	(867.867,43)	4.043.368,45	52.155,44
2008	1.660.278,31	(1.223.354,82)	436.923,49	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.4.1.b - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (DPF/CAS/SP)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
Observações: Esta UG começou a operar no exercício de 2011, não possuindo, portanto, Restos a Pagar.				

Quadro A.4.1.c - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (DPF/STS/SP)				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>
2010	15.567,44	15.567,44	-	-
2009	37.202,61	3.023,57	31.356,53	2.822,51
Restos a Pagar não Processados				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>
2010	67.365,29	-	51.867,29	15.498,00
2009	53.376,84	-	50.353,27	3.023,57
Observações:				

Fonte: NAD/DPF/STS/SP

4.2) Análise Crítica

A evolução da estratégia dos restos a pagar não processados seguiu no sentido de reduzir o montante acumulado. Após análise crítica, verificou-se que diversos créditos não seriam necessários a UJ, o que ensejou no número elevado de cancelamentos. Parte significativa dos valores inscritos trata-se de adesão à ata de registro de preços para aquisição de veículos, na qual constatou-se, posteriormente, a ausência de vantajosidade e que viaturas semelhantes poderiam ser adquiridas por preços menores para a Administração, de forma que todo o empenho foi cancelado.

Da tabela acima, constata-se que grande parte dos valores pagos refere-se à construção da Delegacia de Presidente Prudente, cuja conclusão ocorreu em 2011.

Outro fator que influenciou a permanência de restos a pagar foi a dificuldade para liquidação de algumas notas fiscais/faturas, fato já superado.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		1.601	02	09
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
3 Total de Servidores (1+2)		1.601	02	09

Fonte: SRH

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	07
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	03
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	03
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	26
3.1. De ofício, no interesse da Administração	24
3.2. A pedido, a critério da Administração	01

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	06
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	01
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	04
5.5. Mandato classista	01
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	40

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	04	04	03	03
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04	03	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	03	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	75	75	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	75	75	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	79	79	03	03

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	131	492	699	185	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	131	492	699	185	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	1	29	35	14	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	1	2	-
2.3. Funções gratificadas	1	28	34	12	-
3. Totais (1+2)	132	521	734	199	15

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	6	174	1313	20	2	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	6	174	1313	20	2	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	79	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	4	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	75	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	6	174	1392	20	2	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	468	35
1.1 Voluntária	-	34
1.2 Compulsória	-	1
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	468	35

Fonte: SIAPE; SRH

5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	161	02
1.1. Integral	-	02
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	01
3. Total (1+2)	161	03

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	<i>Jan</i> <i>Fev</i> <i>Mar</i>	<i>Abr</i> <i>Mai</i> <i>Jun</i>	<i>Jul</i> <i>Ago</i> <i>Set</i>	<i>Out</i> <i>Nov</i> <i>Dez</i>	-
1.1 Área Fim	48 44 46	44 42 46	45 45 47	46 64 64	314.329,19
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	48 44 46	44 42 46	45 45 47	46 64 64	314.329,19

Fonte: SIAPE; SRH

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	444.848.555,28	-	3.351.264,34	1.608.513,01	6.467.284,90	-	-	N/I	N/I	456.275.617,53
	2010	397.186.210,07	-	2.992.200,30	1.436.172,33	5.774.361,52	-	-	N/I	N/I	407.388.944,22
	2009	306.462.434,11	-	2.388.983,87	1.348.691,90	2.888.595,54	-	-	N/I	N/I	313.088.705,72
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	850.281,79	-	34.942,00	8.201,21	26.731,48	-	-	N/I	N/I	920.156,48
	2010	829.388,84	-	33.740,00	7.653,80	23.090,34	-	-	N/I	N/I	893.872,98
	2009	1.040.678,66	-	21.168,00	7.480,20	12.095,16	-	-	N/I	N/I	1.081.422,02
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	N/I	N/I	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2011	1.072.370,04	-	87.272,66	0,00	14.496,00	-	-	N/I	N/I	1.173.594,66
	2010	1.072.370,04	-	87.272,66	-	13.951,96	-	-	N/I	N/I	1.173.594,66
	2009	1.066.999,92	-	83.781,18	-	6.911,52	-	-	N/I	N/I	1.157.692,62
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	8.411.919,64	-	276.158,99	6.325,00	275.351,04	-	-	N/I	N/I	8.969.754,69
	2010	8.246.980,04	-	270.744,11	6.201,00	-	269.952,00	-	N/I	N/I	8.793.877,15
	2009	8.229.541,64	-	262.749,75	10.073,00	-	138.403,60	-	N/I	N/I	8.640.767,99

Fonte: SRH, SIAPE

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.10.a - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional Departamento de Polícia Federal em São Paulo													
UG/Gestão: 200360/00001						CNPJ: 00.394.494/0040-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
033/2010	(V)	(O)	Albatroz segurança e vigilância ltda.	066.700.295/0001-17	15/8/2011	15/8/2012				X			(P)
034/2010	(V)	(O)	Albatroz segurança e vigilância ltda.	066.700.295/0001-17	15/8/2011	15/8/2012				X			(P)
035/2010	(V)	(O)	Albatroz segurança e vigilância ltda.	066.700.295/0001-17	15/8/2011	15/8/2012				X			(P)
036/2010	(V)	(O)	Divisa segurança Privada ltda.	010.478.353/0001-55	15/8/2011	15/8/2012				X			(P)
037/2010	(V)	(O)	Albatroz segurança e vigilância ltda.	066.700.295/0001-17	15/8/2011	15/8/2012				X			(P)
023/2010	(L)	(O)	Paineiras limpeza e serviços gerais ltda.	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2012				X			(P)
024/2010	(L)	(O)	Paineiras limpeza e serviços gerais ltda	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2012				X			(P)
025/2010	(L)	(O)	Paineiras limpeza e serviços gerais ltda	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2012				X			(P)
026/2010	(L)	(O)	Paineiras limpeza e serviços gerais ltda	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2012				X			(P)
028/2010	(3)	(O)	Paineiras limpeza e serviços gerais ltda	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2012				X			(P)
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: ÁREA DE CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/SP

Quadro A.5.10.b- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (DPF/STS/SP)

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Santos													
UG/Gestão: 200362/00001						CNPJ: 00.394.494.0078/15							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	2 e 3	O	002/2008	67.552.034/0001-60	1/1/2008	31/12/2012			48	48*			A
2009	1 e 6	O	006/2009	07.863.504/0001-84	16/11/2009	16/8/2010	11	11					E
2010	1 e 6	O	007/2010	05.386.786/0001-40	17/8/2010	15/11/2011	11	11					E
2010	1	E	0011/2010	60.902.939/0001-73	16/11/2011	11/5/2011	6	6					E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: NAD/DPF/STS/SP

5.5.2) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.11.a - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (SR/DPF/SP)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional Departamento de Polícia Federal em São Paulo													
UG/Gestão: 200360/00001						CNPJ: 00.394.494/0040-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
029/2010	(7)	(O)	Arcolimp Serviços Gerais Ltda.	05.576.482/0001-46	23/02/2011	23/02/2012				x		x	(P)
01/2011	(7)	(O)	Skyserv Mão de Obra Ltda	04.271.959/0001-12	01/01/2011	01/01/2012				x		x	(E)
Observações:													
<u>LEGENDA</u>													
<p>Área:</p> <p>1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção;</p> <p>8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14. Outras</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Quadro A.5.11.b - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (DPF/CAS/SP)

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Santos													
UG/Gestão: 200362/00001							CNPJ: 00.394.494.0078/15						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	044/2010-SR/DPF/SP	07.170.658/0001-9	11/10/2010	10/10/2012			x	x			P

Quadro A.5.11.c - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (DPF/STS/SP)

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Santos													
UG/Gestão: 200362/00001							CNPJ: 00.394.494.0078/15						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1 e 6	O	001/2011	60.989.654/0001-11	1/4/2011	31/12/2012	6	6					A
2007	2 e 3	O	002/2008	67.552.034/0001-60	1/1/2008	31/12/2012			32	32*			A
2012	5	O	005/2012	32.185.480/0001-07	6/2/2012	31/12/2012			2	2	2	2	A

2010	7	O	004/2010	03.623.340/0001-67	1/7/2010	31/12/2012			20	20			A
2008	8	O	005/2008	61.457.941/0001-43	1/8/2008	31/12/2012							A
2012	9	O	002/2012	33.530.486/0001-29	1/1/2012	31/12/2012							A
2007	10	O	010/2007	08.325.767/0001-00	8/10/2007	8/10/2012							A
2010	10	O	003/2010	47.866.934/0001-74	28/5/2010	31/12/2012							A
2010	11	O	002/2010	68.287.143/0001-60	1/4/2010	31/12/2012			3	3			A
2011	14	O	99122/2011	34.028.316/0001-03	3/1/2011	4/1/2014							A
2009	14	O	001/2009	02.548.313/001-04	1/1/2009	31/12/2012							A
2012	14	O	001/2012	00.604.122/0001-97	1/1/2012	31/12/2012							A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;

8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

- Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

No transcorrer do exercício 2011, 501 (quinhentos e um) servidores tiveram algum tipo de licença saúde (LTS); dentre estas podemos afirmar que as ausências ocorreram por motivos diversos: Tais como doença psicoemocional, estresse, doenças ocupacionais (LER), bem como outros afastamentos (Licença Maternidade, Licença para acompanhamento de tratamento de pessoa da família, Licenças Ortopédicas, etc.). Cabe ressaltar que visando a diminuir o numero de ausências a Administração tem implantado varias ações, tal como a nomeação da Equipe biopsicossocial desta SR/SP, grupo responsável pela gestão junto ao Órgão no tocante à prevenção de doenças, visando uma melhor atenção à saúde do servidor; Ainda, com a realização de palestras, realização de exames preventivo na semana da Saúde do servidor e a implantação do exame obrigatório anual de saúde, custeado pelo próprio Órgão;

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No ano de 2011 não foi constatado a ocorrência de acidentes em serviço ou a ocorrência de doenças ocupacionais no âmbito desta Superintendência Regional;

Rotatividade (turnover)

O índice de rotatividade é baixo em relação ao total de servidores lotados na Unidade São Paulo, devido a falta de realização de novos concursos públicos para suprir a falta de efetivo, quer seja na Área fim (Polícia Judiciária) ou na Área Meio (Polícia Administrativa ou atividades de apoio administrativo);

Aposentadoria versus reposição do quadro.

O número de servidores que estão aptos a se aposentar, já representa 30% do efetivo nos próximos 03 (três) anos e diante da falta de novos concursos para suprir tais aposentadorias, o quadro de lotação tende ao prejuízo funcional. No ano de 2011 vinte e cinco (25) servidores se aposentaram, no ano de 2010 foram mais de trinta e cinco (35) estas vagas não foram supridas e não existem previsão para a reposição do quadro.

6. TRANSFERÊNCIAS

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>Cristiane Martins Silvestri</u>, CPF nº 317.416.198-31, <u>Agente Administrativo</u>, exercido na <u>Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>São Paulo, 14 de março de 2012.</p>
<p><u>CRISTIANE MARTINS SILVESTRI</u> 317.416.198-31 <u>Agente Administrativo – SR/DPF/SP</u></p>

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	04	03	04
	Entregaram a DBR	04	03	04
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	75		75
	Entregaram a DBR	75		75
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SRH

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendadas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					X
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>					X
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>					X
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>					X
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>				X	
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>			X		
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>					X
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>				X	
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>					X
<i>Avaliação de Risco</i>					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>			X		
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>				X	
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>				X	
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>					X
<i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>				X	
<i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>				X	
<i>16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</i>					X
<i>17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</i>					X
<i>18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.</i>					X
<i>Procedimentos de Controle</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>

19. <i>Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.</i>					X
20. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.</i>				X	
21. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.</i>					X
22. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.</i>					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. <i>A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.</i>					X
24. <i>As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.</i>					X
25. <i>A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.</i>					X
26. <i>A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</i>					X
27. <i>A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.</i>				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. <i>O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.</i>				X	
29. <i>O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.</i>				X	
30. <i>O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.</i>				X	
<i>Considerações gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
<i>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</i>					
<i>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i>					
<i>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</i>					
<i>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i>					
<i>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</i>					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Licitações Sustentáveis</i>					
<i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i>				X	
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i>	<i>Seguindo as orientações da AGU, todos os contratos celebrados apresentam cláusulas referentes à sustentabilidade ambiental.</i>				
<i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>				X	
<i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>			X		
<i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i>			X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i>					
<i>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i>			X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</i>					
<i>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i>					X
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</i>	<i>Papel Reciclado.</i>				
<i>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i>	X				
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</i>	<i>A unidade não adquiriu veículos automotores</i>				
<i>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i>			X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</i>					
<i>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</i>				X	
<i>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>				X	

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Foram realizadas reuniões com os servidores solicitando a economia de água e energia.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.						X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	No exercício foi implantada a campanha de Coleta Seletiva					
Considerações Gerais:						
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>						

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/SP no final dos exercícios 2010 e 2011.

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<i>UF SP</i>	7	7
	<i>Santos</i>	2	1
	<i>Bauru</i>	1	1
	<i>São José do Rio Preto</i>	1	1
	<i>São Paulo - Capital</i>	4	4
	<i>Presidente Prudente</i>	1	-
	<i>Marília</i>	2	-
	<i>Araraquara</i>	1	-
	<i>São José do Rio Preto</i>	1	-
	<i>Ribeirão Preto</i>	1	-
	<i>Piracicaba</i>	1	-
Subtotal Brasil		15	7
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		15	7

Fonte: GTED

No quadro acima, também foram considerados os imóveis ocupados por cessão de uso. Durante o exercício de 2011, foram iniciados esforços, segundo orientações dos órgãos centrais, para regularização contábil e documental dos imóveis, com o registro no SpiuNet. Ressalta-se que o trabalho está em andamento e ainda não foi concluído em razão da enorme carência de servidores no âmbito da SR/SP.

À exceção do imóvel de Presidente Prudente, construído para abrigar a sede da Delegacia, bem como de um dos imóveis de Santos, que se trata de edificação de 4 andares em péssimas condições de conservação, os demais imóveis incluídos apenas no ano de 2011 tratam-se de terrenos doados pelas respectivas prefeituras municipais, ainda carentes de completa instrução ou em processo de incorporação pela SPU. Portanto, a divergência de quantitativos entre os anos de 2010 e 2011 ocorreu em razão do levantamento mencionado no parágrafo anterior.

O quadro a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela SR/DPF/SP no final dos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

<i>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</i>		<i>QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ</i>	
		<i>EXERCÍCIO 2011</i>	<i>EXERCÍCIO 2010</i>
<i>BRASIL</i>	UF SP	20	20
	Araçatuba	1	1
	Araraquara	1	1
	Campinas	1	1
	Cruzeiro	1	1
	Jales	1	1
	Marília	1	1
	Piracicaba	1	1
	Presidente Prudente	1	1
	Sorocaba	1	1
	São Sebastião	1	1
	Santos	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	São José dos Campos	1	1
	São Paulo – Capital (postos de passaporte)	7	7
Subtotal Brasil		20	20
<i>EXTERIOR</i>		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		20	20

Fonte: GTED

O quadro a seguir, denominado Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SR/DPF/SP, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão

relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2011, estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/SP, da DPF/STS/SP e da DPF/CAS/SP.

A maioria dos imóveis ocupados pelas delegacias da Polícia Federal em São Paulo é locada de terceiros. A SR/DPF/SP tem feito gestões junto aos órgãos centrais responsáveis para a viabilização da construção de sede própria para todas as unidades, em razão das peculiaridades exigidas para a instalação de uma unidade policial. A SR/DPF/SP também tem buscado opções alternativas e complementares à construção, como a doação de terrenos, bem como imóveis passíveis de adequação para a atividade policial.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200360	6219.00276.500-0	13	5	282.822,40	-	-	-	31.800,00
200360	7107.01060.500-4	13	4	8.480.100,00	2010	-	-	2.242.769,04
200360	6291.00044.500-1	23	4	1.209.189.116,04	2010	-	-	-
200360	7097.00156.500-2	13	7	577.571,00	2010	-	-	-
200360	7107.00492.500-0	13	6	2.757.839,54	2010	-	-	-
200360	7107.00390.500-6	13	6	4.856.944,00	2010	-	-	-
200362	N/I	13	6	1.064.963	N/I	-	-	-
200362	N/I	N/I	3	690.125,72	N/I	-	-	-
Total							-	2.274.569,04

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel:

- 1 – Aquicultura
- 2 – Arrendamento
- 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
- 4 – Cessão – Outros
- 5 – Cessão – Prefeitura e Estados
- 6 – Cessão Onerosa
- 7 – Comodato
- 8 – Disponível para Alienação
- 9 – Em processo de Alienação
- 10 – Em regularização – Cessão
- 11 – Em regularização – Entrega

- 12 – Em regularização – Outros
- 13 – Entrega – Adm. Federal Direta
- 14 – Esbulhado (Invadido)
- 15 – Imóvel Funcional
- 16 – Irregular – Cessão
- 17 – Irregular – Entrega
- 18 – Irregular – Outros
- 20 – Locação para Terceiros
- 21 – Uso em Serviço Público
- 22 – Usufruto Indígena
- 23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel:

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom
- 3 – Bom
- 4 – Regular
- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim
- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

Fonte: GTED, GAB/SR, NAD/STS/SR/DPF/SP

A relação de imóveis da Unidade Jurisdicionada em referência, bem como os valores reavaliados desses imóveis encontram-se carentes de uma atualização mais precisa no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET. Em 2011, foram adotadas providências visando à realização de capacitação de servidor para a adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada, a fim de possibilitar a atualização dos dados.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão de Tecnologia da Informação no Departamento de Polícia Federal é realizada pela Coordenação de Tecnologia da Informação, a qual consolidará as informações deste item.

13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1.a- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – Despesas de Pequeno Vulto (SR/DPF/SP) Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 200360		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO BARBOSA NETO	022247038-05	800,00	-	-	-
ISIS PENA GARCIA	301513368-03	8.000,00	390,00	6.924,31	7.314,31
EDVALDO PEREIRA	003579858-00	8.000,00	410,00	6.763,76	7.173,76
NIVAIL AMADEU BUZATTO	044993658-99	2.000,00		2.000,00	2.000,00
EDVALDO PEREIRA	003579858-00	8.000,00	-	7.828,81	7.828,81
Total utilizado pela UJ			800,00	23.516,88	24.316,88

Fonte: NEOF/SR/DPF/SP

Quadro A.13.1.b- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – Regime Especial de Execução Sem Caráter Sigiloso (SR/DPF/SP)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 200360		Limite de Utilização da UG:			
		Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Total utilizado pela UJ			66.736,99	227.014,60	293.751,59

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/SP

Quadro A.13.1.c - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador - Regime Especial de Execução Com Caráter Sigiloso (SR/DPF/SP)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 200361		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Total utilizado pela UJ			470.055,52	62.245,31	532.300,83

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/SP

Quadro A.13.1.d - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (DPF/STS/SP)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 200363		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
VALTER TABOR	018.290.668-03	10.811,00	2.330,00	8.481,00	10.811,00
DILSON J. C. RODRIGUES	075.404.658-32	5.069,00	970,00	4.099,00	5.069,00
SIGILOSO	-	57.000,00	57.000,00		57.000,00
Total utilizado pela UG			60.300,00	12.580,00	72.880,00
Código da UG 2: 200362		Limite de Utilização da UG:			
-	-	-	-	-	-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			60.300,00	12.580,00	72.880,00

Fonte: NAD/DPF/STS/SP

13.1.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica – SR/DPF/SP)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2011	583	537.592,51	140	312.776,79	850.369,30
2010	491	420.548,18	113	221.206,04	641.754,22
2009	872	762.302,83	125	166.669,66	928.972,49

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/SP

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

- Não se aplica -

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo			1138
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	20100094	1.1.2.1/01	Ofício nº 9.650/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo			1138
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a SR/DPF/SP adote providências no sentido de adequar a utilização dos serviços terceirizados ao disposto no contrato de prestação de serviços de recepção.			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DELEMIG/SR/DPF/SP			1138
Síntese da providência adotada:			
Conforme informado no Memorando nº 17/2011 – GAB/DELEMIG/DREX/SR/DPF/SP:			
a) Os funcionários terceirizados trabalham no atendimento ao público e na confirmação dos requerimentos de passaportes considerando que o requerimento – no qual são digitados todos os dados – é realizado pelo próprio interessado antes de seu comparecimento à Polícia e é o que gera seu número de protocolo, possibilitando o agendamento do atendimento.			
b) O trabalho dos funcionários terceirizados é supervisionado presencialmente por Agentes de Polícia Federal e por Agente Administrativo, que se revezam ao longo do dia. Tais servidores também organizam o atendimento, tiram dúvidas dos funcionários e do público, além de atuarem no âmbito de polícia judiciária, quando necessário.			
c) Não há discricionariedade no trabalho dos terceirizados. Agem conforme orientação dos servidores policiais utilizando senha própria com perfil de “terceirizado”, ou seja, com perfil limitado para discricionariedade.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os funcionários terceirizados oriundos do contrato de prestação de serviços de recepcionistas empregados no atendimento ao público requerente de documentos de viagem encontram-se trabalhando sob a supervisão de Servidores Policiais Federais e Servidores Agentes Administrativos, realizando somente os serviços de recepção dispostos no contrato de terceirização.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

– Não ocorreu no período –

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SR/DPF/SP			200360 - 200361
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA/DF	Data	28/02/2012
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES	CRC nº	12534/O-8

ITENS 18 A 30 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2012

- Não se aplicam a esta UJ –

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Durante o exercício de 2011 foram realizadas ações para promover a melhoria do atendimento ao público pela Polícia Federal no estado de São Paulo. A instalação de máquinas de pré-atendimento de passaporte permitiu diminuir o prazo de agendamento em todas as cidades nas quais o procedimento apresentava características técnicas para implantação do procedimento. Também foi iniciado um plano para melhoria do atendimento de estrangeiros, com mudanças de layout, compra de equipamentos, melhoria dos fluxos e contratação de postos de recepcionistas para realização de atendimento inicial.

A escassez de recursos humanos também tem sido uma grande dificuldade e um desafio para a Superintendência de Polícia Federal em São Paulo, dada a demanda de trabalho em todas as áreas. No final de 2011, tramitavam pela SR/SP 22.356 inquéritos policiais. No âmbito da polícia administrativa, os desafios são igualmente grandes em face da prestação de serviços públicos na cidade mais populosa do País. Para consecução das atividades institucionais, a SR/DPF/SP é responsável pela gestão de toda a atividade de logística, além da gestão, execução e fiscalização de mais de 60 contratos, dos quais dependem todos os Setores e Delegacias da Superintendência, além das 17 Delegacias Descentralizadas das cidades do interior de São Paulo. A estrutura administrativa atualmente existente está bastante aquém do necessário para o desenvolvimento dos trabalhos. No que tange às atividades de Criminalística, há situação de criticidade crônica na área de Perícias de Informática, a qual, por diversos anos, tem demanda muito superior à capacidade de atendimento do Setor.

Algumas metas ainda aguardam recursos orçamentários e humanos para serem atingidas:

1 – reforma do antigo prédio que abrigava a Delegacia de Polícia Federal em Santos para acomodação do núcleo técnico científico, núcleo de inteligência policial e comissões de vistoria, químicos, Sinarm, etc;

2 – aquisição de viaturas para transporte de presos. As viaturas atualmente existentes possuem, em sua maioria, mais de 10 anos de uso e mais de 100.000 km rodados, bem como não atendem à demanda de transporte de custodiados.

3 – necessidade de aquisição de equipamentos de infra-estrutura de informática e de telefonia (centrais telefônicas).

4 – necessidade de mudança no procedimento de realização de escoltas, haja vista que a utilização de policiais federais para a realização de escoltas de presos em 2011 comprometeu grande parte do efetivo, com prejuízo ao cumprimento das demais atribuições da Polícia Federal;

5 – necessidade de pessoal para área administrativa, a fim de otimizar o planejamento e a execução das atividades de suporte logístico da SR/SP, bem como propiciar melhorias na gestão de contratos, diminuir prazos da fila de licitações, realizar vistorias de engenharia periódicas às Delegacias Descentralizadas, bem como diversas outras ações administrativas que apresentam oportunidades de melhoria.

6 – liberação de recursos para a construção das novas sedes para as Delegacias Descentralizadas de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas.

No final do exercício de 2011, com a liberação de recursos orçamentários de custeio e material permanente, foi possível adquirir computadores, scanners e outros equipamentos para renovação do parque tecnológico, móveis com a finalidade principal de adequar as Delegacias Descentralizadas, equipamentos e reagentes de laboratório para análises periciais, material de escritório, além de outros bens necessários ao bom andamento dos trabalhos no estado de São Paulo.

Além disso, foi possível efetuar a necessária manutenção veicular em diversas viaturas de todo o estado, visto que o excessivo uso e a idade dos veículos demandam manutenções dispendiosas que se encontravam suspensas por falta de recursos. Com a medida, diversas viaturas que estavam sem possibilidade de utilização, foram novamente reativadas.

Diante do relatado, é possível concluir que a SR/DPF/SP atuou, no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, visando sempre oferecer melhorias nos serviços prestados à população, com economia de recursos públicos.